

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

Aos 13 dias do mês de maio de 2020, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte [ordem do dia](#):

Audição da Ministra de Estado e da Presidência, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Reunião ordinária

1. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:**
 - a) Proposta de Lei n.º 30/XIV/1.^a (GOV) - Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19;
 - b) Projeto de Lei n.º 194/XIV/1.^a (PS) - Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal;
2. **Apreciação do anteprojeto de resolução sobre a aplicação das medidas previstas na declaração do Estado de Emergência (período correspondente à 1.^a quinzena);**
3. **Fixação da redação final do texto que "Procede à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas" (PPL n.º 2/XIV/1.^a (GOV);**
4. **Outros assuntos.**

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, iniciou os trabalhos dando as boas-vindas à Senhora Ministra de Estado e da Presidência (Mariana Vieira da Silva), bem como ao Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (André Moz Caldas), à Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (Rosa Monteiro), e à Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações (Cláudia Pereira), enquadrando a audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e explicitando o procedimento da mesma.

Após a intervenção inicial da Senhora Ministra, e no âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Mónica Quintela e Lina Lopes (PSD), Catarina Marcelino e Isabel Moreira (PS), Sandra Cunha e Beatriz Gomes Dias (BE), Alma Riviera (PCP) e Telmo Correia (CDS-PP). A Senhora Ministra respondeu individualmente às questões colocadas, tendo as Senhoras Secretárias de Estado complementado algumas das respostas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

Na segunda ronda, intervieram, numa primeira fase, as Senhoras e os Senhores Deputados presentes em sala, com a duração máxima de dois minutos. A ronda iniciou-se com a intervenção da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc), à qual se seguiram as intervenções das Senhoras e Senhores Deputados Francisco Oliveira, Telma Guerreiro, Elza Pais e Isabel Almeida Rodrigues (PS), Sofia Matos (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE), Alma Rivera (PCP), tendo a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações respondido ao conjunto das questões no final. Numa segunda fase, usaram da palavra, através de videoconferência, também com a duração máxima de dois minutos, a Senhora Deputada Romualda Fernandes (PS), a cujas questões colocadas responderam, de seguida, a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado para a Integração e as Migrações; a Senhora Deputada Rita Madeira Lopes (PS), tendo as questões colocadas sido respondidas pela Senhora Ministra e pelo Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros; e, por fim, a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE), tendo a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade respondido conjuntamente.

O Senhor Presidente agradeceu a presença da Senhora Ministra e dos Senhores Secretários de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Logo de seguida, o Senhor Presidente deu início à reunião ordinária da Comissão.

Perante a ausência de alguns Senhores Deputados, por estar a decorrer a Conferência de Líderes à mesma hora, informou o Senhor Presidente que a alínea a) do primeiro ponto da ordem do dia, que consistia na discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 30/XIV/1.^a (GOV) - Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19», seria tratada mais tarde, avançando-se de imediato para a alínea b) do mesmo ponto, a discussão e votação, na especialidade, do [«Projeto de Lei n.º 194/XIV/1.^a \(PS\) - Altera o Estatuto da Ordem dos Advogados, revendo o estatuto remuneratório do Revisor Oficial de Contas que integra o respetivo Conselho Fiscal»](#). A este propósito pediu a palavra a Senhora Coordenadora do Grupo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

Parlamentar do PS, Deputada Cláudia Cruz Santos, lembrando o pedido de adiamento apresentado nessa manhã, via *e-mail*, e a intenção de o seu Grupo Parlamentar apresentar uma proposta de alteração. O Senhor Presidente anuiu, notando ser pertinente articular alguns aspetos do Projeto de Lei n.º 194/XIV/1.^a (PS) com a competência do Conselho Fiscal da [Ordem dos Revisores Oficiais de Contas](#).

A propósito do segundo ponto, reservado à «apreciação do anteprojeto de resolução sobre a aplicação das medidas previstas na declaração do Estado de Emergência (período correspondente à 1.^a quinzena)», a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) identificou um lapso de escrita, que de imediato foi corrigido, tendo de seguida usado da palavra a Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc), que agradeceu o trabalho realizado e questionou o procedimento quanto à junção de declarações políticas, defendendo dever ser corrigido o ponto 7, no sentido de incluir a referência às declarações políticas da Deputada Não Inscrita. O Senhor Presidente esclareceu que caberia à Conferência de Líderes a decisão quanto à inclusão das declarações políticas e sugeriu à Senhora Deputada Joacine Katar Moreira a apresentação de declaração de voto, a qual necessariamente seria objeto de publicação no Diário da Assembleia da República, frisando que se a Senhora Deputada tiver o direito de juntar uma declaração individual, pela mesma lógica, os restantes Senhores Deputados individualmente considerados também o deveriam ter. A Senhora Deputada Joacine Katar Moreira pediu novamente a palavra para acrescentar que também era uma força política, pelo que as suas declarações políticas deveriam ser incluídas, até porque lhe fora exigido o mesmo trabalho que aos Grupos Parlamentares. Sobre esta questão intervieram os Senhores Deputados Artur Soveral Andrade (PSD), José Manuel Pureza (BE) e Inês de Sousa Real (PAN), tendo estes últimos acolhido a sugestão apresentada pela Senhora Deputada Joacine Katar Moreira, a qual foi considerada aceite, face ao silêncio dos restantes. Em resposta a uma outra questão colocada pela Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN), esclareceu o Senhor Presidente que a metodologia relativamente à emissão de declarações políticas seria decidida pela Conferência de Líderes.

Submetido a votação, com o adiamento proposto pela Senhora Deputada Joacine Katar Moreira, o anteprojeto de resolução sobre a aplicação das medidas previstas na declaração do Estado de Emergência (período correspondente à 1.^a quinzena) foi

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

aprovado, com os votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PAN e da Deputada não inscrita e a abstenção do PCP.

No terceiro ponto, procedeu-se à fixação por unanimidade, na ausência do CDS-PP e do DURP do CH, da redação final do texto que "Procede à transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018, a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga, introduzindo a vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas" ([PPL n.º 2/XIV/1.^a \(GOV\)](#)), não tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da Informação n.º 12/DAPLEN/2020, de 11 de março, mantendo-se a redação do n.º 1 do artigo 1.º tal como aprovado em Plenário e tendo sido deliberado aperfeiçoar o título do Projeto de Decreto para «Procede à vigésima quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando-lhe novas substâncias psicoativas na definição de droga, em transposição da Diretiva Delegada (UE) 2019/369 da Comissão, de 13 de dezembro de 2018», de acordo com o proposto pelo Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD). Também o Senhor Presidente expressou o seu entendimento no sentido de não se alterar o sumário, conforme proposto pelos Serviços, e de se cumprir a Lei Formulário.

No quarto ponto, reservado a «Outros Assuntos», os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e José Manuel Pureza (BE) questionaram a mesa quantos aos requerimentos apresentados pelos respetivos Grupos Parlamentares anteriormente, já aprovados em Comissão mas cujas audições ainda não se tinham cumprido, tendo o Senhor Presidente recordado que, atenta a situação pandémica, algumas dessas audições inicialmente agendadas foram canceladas e informado que faria um levantamento do que estava pendente a fim de dar o devido seguimento, considerando que a previsão era a de retoma à normalidade.

Procedeu-se ainda à apreciação do Relatório sobre o Acompanhamento da Participação de Portugal no Processo de Construção da União Europeia 2019, que foi apresentado pelas respetivas relatoras, as Senhoras Deputadas Joana Sá Pereira e Isabel Almeida Rodrigues (PS) e, no final, submetido a votação, foi o mesmo aprovado,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

com os votos a favor do PS, do PSD, do BE, do PAN e da Deputada não inscrita e a abstenção do PCP.

Após uma curta interrupção, a reunião foi retomada às 14 horas e 15 minutos, a fim de se proceder à discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 30/XIV/1.^a \(GOV\) - Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19](#)», conforme constava do primeiro ponto da ordem do dia.

Após a apresentação, pelo Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), da proposta de alteração do Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e António Filipe (PCP), assinalando a identidade das propostas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD e sugerindo a fusão dessas propostas. Com a concordância do Grupo Parlamentar do PS, foi novamente interrompida a reunião para esse efeito.

Reiniciada a reunião às 16 horas e 25 minutos, foi retomada a discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 30/XIV/1.^a \(GOV\) - Altera as medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19](#).

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara a esta Comissão em 7 de maio de 2020, após aprovação na generalidade.

Na reunião plenária de 7 de maio, fora aprovado, em votação final global o Projeto de Lei n.º 368/XIV (PS) - [Procede à terceira alteração à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterada pelas Leis n.ºs 4-A/2020 e 4-B/2020, ambas de 6 de abril, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19](#), que deu entretanto origem ao [Decreto da AR n.º 19/XIV](#), e já à [Lei n.º 14/2020, de 9 de maio](#), por via do qual parte do articulado da presente Proposta de Lei foi aprovado, baixando portanto a Proposta de Lei para discussão e votação na especialidade apenas das normas remanescentes: artigo 1.º (Objeto); artigo 3.º (Aditamento à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março) – apenas na parte relativa ao aditamento de um artigo 6.º-A, artigo 4.º (Prazos administrativos), artigo 5.º (Referências legais), Artigo 6.º (Norma revogatória) e artigo 7.º (Entrada em vigor).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

Na presente reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, com exceção do Grupo Parlamentar do PAN, do DURP do CH e da Deputada Ninsc., procedeu-se à discussão na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas em Plenário e que ali não mereceram votação, bem como das [propostas de alteração apresentadas em Comissão pelo Grupo Parlamentar do PS](#), em 12 de maio, todas constantes [deste quadro comparativo](#). Na reunião os Grupos Parlamentares do PS e do PSD apresentaram uma [proposta conjunta de fusão das suas propostas de alteração iniciais, que substituiu integralmente aquelas](#).

Da votação resultou o seguinte:

- [Proposta de Alteração do PCP](#)
 - **artigo 6.º, n.º 2** – rejeitado, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP (tendo ficado prejudicado o n.º 1 do artigo 6.º);
- [Proposta de Alteração do PAN](#)
 - Votação separada do **proémio do artigo 8.º**, a pedido da Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) – rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP;
 - **Restantes propostas** – rejeitadas, com votos contra do PS, do BE e do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP;
- [Proposta de Alteração da IL](#)
 - Rejeitada, com votos contra do PS, do PSD, do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP;
- [Proposta de Alteração da Deputada Ninsc](#)
 - Rejeitada, com votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP, votos a favor do BE e a abstenção do PCP;
- [Propostas de substituição do PS e do PSD](#) (Votação em separado das alíneas e do artigo seguintes, a pedido do Senhor Deputado António Filipe (PCP), tendo usado da palavra a Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) e os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e José Manuel Pureza (BE), a propósito da inclusão ou não da leitura de sentenças neste regime e clarificando a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

diferença entre o n.º 2 e o n.º 3 do artigo 6.º-A (Artigo 2.º, aditamento à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março):

- **Alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º-A** – aprovada, com votos a favor do PS e do PSD e abstenções do BE, do PCP e do CDS-PP;
- **Alínea b) do n.º 3 do artigo 6.º-A** – aprovada, com votos a favor do PS e do PSD e abstenções do BE, do PCP e do CDS-PP;
- **Artigo 8.º** - aprovado, com votos a favor do PS e do PSD, votos contra do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP;
- **Restantes propostas** – aprovadas, com votos a favor do PS, do PSD, do BE e do PCP e abstenção do CDS-PP;

Concluída a votação, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de maio de 2020

O Presidente da Comissão



(Luís Marques Guedes)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 32/XIV/1.^a

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Artur Soveral Andrade
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Jocine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Rita Borges Madeira
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Telmo Correia
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Catarina Marcelino
Lina Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sara Madruga da Costa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
André Ventura
Catarina Rocha Ferreira
José Magalhães